

// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

João Luis Mota de Campos,
Advogado, ex-secretário de Estado
da Justiça

A cidade e as serras



À noite é quando se vê melhor

É à noite que melhor se pode observar e vê-se bem numa fotografia de satélite: uma faixa que vai de Viana do Castelo a Setúbal e o litoral algarvio rebrilha de mil luzes, com nodos luminosos em Lisboa e no Porto.

A iluminação dá um mapa perfeito da distribuição da população: 3/4 dos 92 000 km² do território nacional estão esparsamente povoados, um quarto tem uma enorme concentração de população, no litoral norte e à volta dos grandes centros urbanos do litoral, sobretudo a Grande Lisboa e o Grande Porto.

Os geógrafos e os especialistas em demografia saberão explicar bem melhor do que eu as razões desta concentração de população no litoral, mas resta-nos constatar que a vida no interior é bem mais barata, que os serviços públicos, quando existem, funcionam melhor e que a vida em geral, pelas métricas usuais, tem mais qualidade, apesar de sabermos que o nível nominal de rendimentos é mais baixo ou até muito mais baixo.

Já sabemos que as grandes cidades têm muito mais sistemas de transportes, são muito mais bem servidos por estradas, caminhos de ferro e aeroportos; que são hubs de criatividade, mais oportunidades de emprego e carreira, mais concentração

de dinheiro com tudo o que isso implica, de poder de decisão, de oportunidades de conexões.

Todas essas vantagens são evidentes e para muitos valem mais que o ar puro e a proximidade e simplicidade da vida no interior. Mas, para alguns outros, nem por isso: preferem prescindir das vantagens de uma vida urbana em que a oferta de serviços está concentrada, em favor de uma vida “campestre” em que é ainda possível manter de forma económica um conjunto de modos de vida e de tradições que também são qualidade de vida.

Compete ao Estado manter o equilíbrio entre estas duas esferas da vida nacional e assegurar que as evidentes vantagens dos grandes centros têm pelo menos alguma contrapartida no interior. É assim que as regiões desfavorecidas beneficiam de taxas de IRC mais baixas ou de bonificações no IRS ou de maiores transferências per capita para os municípios do interior.

Tudo isso pode ser melhorado, mas essencial mesmo é garantir as condições de operacionalidade das atividades económicas desenvolvidas nessas regiões, porque só aí é que se conseguem garantir condições de crescimento económico e de manutenção de emprego de qualidade.

Como é evidente, é no interior do país e nas regiões rurais que há condições para desenvolver agroindústrias e atividades agroflorestais relacionadas com o comércio internacional (eucaliptos, oliveiras, amendoeiras, vinha, montado de sobreiro, pinhais, por exemplo) e as iniciativas nessas áreas de investimento devem ser fortemente acarinhadas e protegidas.

Acontece que existem vários programas de apoio a esses investimentos, que consistem normalmente no pagamento a fundo perdido, em regime de cofinanciamento com a União Europeia, de percentagens que variam entre 50% e 80% do total do investimento.

Não vou aqui falar das inúmeras exigências regulamentares a que esses projetos estão sujeitos, só ao alcance de quem tenha fortes consultorias jurídicas, mas devo realçar que o princípio-base é o de que os investidores pagam e, só depois de controlada a execução dos projetos são reembolsados.

Ora calha que o Estado através do IFAP se atrase incredivelmente no reembolso desses montantes, deixando os investidores a descoberto por longos meses, nos piores casos, anos, e até, como neste momento, na dúvida sobre se irão receber aquilo a que têm direito, por exaustão do quadro comunitário de apoio em vigor...

Como é evidente, assim não há interior que consiga resistir.